



Evento	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2022
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	Especialização das varas federais (crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro) e a alternância judiciária no TRF1
Autor	LUÍZA LEIRIA PINHEIRO
Orientador	LIGIA MORI MADEIRA

A especialização das varas federais, para além das diretrizes estabelecidas pelo Conselho da Justiça Federal, encontra-se pautada por uma agenda internacional de combate à corrupção (RODRIGUES, 2019). Nesse viés, tendo em vista a severidade acentuada presente nas penas atribuídas pelos magistrados lotados nas varas especializadas em crimes contra o sistema financeiro, como lavagem de dinheiro e corrupção (FONTOURA, 2019), a pesquisa objetiva investigar se a trajetória e a atuação desses juízes influenciam seu padrão decisório (ARANTES; MARTINS, 2020). A metodologia envolve prioritariamente análise documental, seguindo três etapas: na primeira foi realizado um levantamento das resoluções do TRF1, de modo a mapear as diferentes ondas de especialização na justiça criminal federal, passando-se, em seguida, ao mapeamento dos juízes, investigando trajetórias e o tempo despendido no órgão especializado. A terceira etapa da pesquisa busca investigar padrões de comportamento judicial a partir de uma análise de conteúdo em sentenças proferidas por juízes atuantes em estados com maior número de ações em varas criminais federais especializadas do TRF1, selecionados a partir dos dados disponibilizados pelo site do Tribunal e pela Justiça em Números do CNJ. Destarte, até a segunda fase da pesquisa pode-se observar, por amostragem, em um estudo comparativo entre a 4ª Vara Federal de Belo Horizonte-MG e a 10ª Vara Federal de Brasília-DF, que esta, com menor alternância de juízes, é responsável por maior número de sentenças com resolução de mérito do que aquela. Busca-se, na sequência, ampliar o quadro comparativo, de modo a avaliar padrões comportamentais em varas especializadas, direcionando o foco para prolação das sentenças e sua manutenção ou reforma pelo TRF1.